

Rumo Malha SUL S/A - RMS

Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da Rumo Malha Sul S.A.

Curitiba – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rumo Malha Sul S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rumo Malha Sul S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Gastos com Ativo Imobilizado

Veja as Notas 12 e 22 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia possui em 31 de dezembro de 2019 nas rubricas de imobilizado e custo dos serviços prestados, os montantes de R\$ 2.781.520 mil e R\$ (1.309.634) mil, respectivamente. O negócio em que a Companhia está inserida e a modelagem do contrato de concessão com a União, requer que a Companhia efetue investimentos expressivos nas operações que são classificadas, dependendo de sua natureza, como imobilizado (quando ocorre aquisição ou investimentos próprios) ou custo dos serviços prestados no resultado do exercício (quando os gastos são relacionados a manutenção periódica). Devido a essa avaliação que deve ser exercida pela Companhia para: (i) definir e alocar os custos entre imobilizado ou custo dos serviços prestados; e (ii) determinar o momento de transferência dos projetos em andamento para a conta contábil definitiva do imobilizado disponível para uso, que é o momento inicial da depreciação, bem como devido ao impacto que uma alteração na classificação dos referidos investimentos pode ter nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.	<p>Avaliamos o desenho e a implementação dos controles internos relevantes relacionados à alocação dos gastos como imobilizado ou custo dos serviços prestados e, quando aplicável, aqueles relacionados com a determinação do início da depreciação desses ativos imobilizados. Testamos, com base em amostragem, a classificação dos valores dos investimentos entre imobilizado e custo dos serviços prestados no resultado do exercício com base na natureza desses investimentos. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre as suas políticas de capitalização e outras relacionadas.</p> <p>Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o imobilizado, custos dos serviços prestados e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



José Carlos da Costa Lima Junior
Contador CRC 1SP243339/O-9

RUMO MALHA SUL – RUMO MALHA SUL S.A

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Rumo Malha Sul – Rumo Malha Sul S.A. (“Companhia”) controlada da Rumo S.A. (“Rumo” ou “Controladora”) submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A partir de 01 de janeiro de 2019 a Companhia implementou a Norma Contábil CPC 06 (R2) / IFRS 16, que introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários. Como arrendatária, a Companhia reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. No resultado das operações, a Companhia deixa de registrar despesas de arrendamento pelas parcelas incorridas/pagas e passa a registrar despesas de amortização do direito de uso e encargos financeiros de juros sobre os passivos de arrendamento.

A Companhia optou por utilizar a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da adoção inicial é reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019.

O principal tomador de decisões operacionais passou a analisar a nova Companhia por segmentos operacionais que diferem da informação individual dessas Demonstrações Financeiras Intermediárias. Desta forma, está disponível no site da Companhia e na CVM o relatório da Administração da controladora Rumo o qual contempla todos os segmentos.

Resultado (Valores em R\$ MM)	4T19	4T18	Var. %	12M19	12M18	Var. %
Receita Líquida	339,3	324,8	4,5%	1.453,5	1.372,0	5,9%
Custo dos Serviços Prestados	(319,3)	(349,7)	-8,7%	(1.309,6)	(1.338,7)	-2,2%
Lucro (Prejuízo) Bruto	20,0	(25,0)	n.a.	143,9	33,3	n.a.
Margem Bruta (%)	6%	-8%	13,6 p.p.	10%	2%	7,5 p.p.
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	(15,6)	10,7	n.a.	(46,5)	(63,1)	-26,3%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(1,3)	(3,9)	-66,3%	9,5	(15,6)	n.a.
Depreciação e Amortização	122,7	112,6	8,9%	516,1	444,7	16,1%
EBITDA	125,7	94,4	33,1%	623,0	399,4	56,0%
Margem EBITDA (%)	37,0%	29,1%	8 p.p.	43%	29,1%	13,8 p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(42,9)	(50,2)	-14,5%	(232,8)	(242,8)	-4,1%
Imposto de renda e contribuição social	-	-	0,0	-	0,0	-
Lucro/Prejuízo Líquido	(39,9)	(68,4)	-41,7%	(125,9)	(288,1)	-56,3%

No trimestre findo em 31 de dezembro de 2019, a receita operacional líquida atingiu R\$ 339,3 milhões, um aumento de 4,5% em relação ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2018, apesar da queda de volume, a receita operacional líquida aumentou devido o ganho de tarifa. O EBITDA foi de R\$ 125,7 milhões, crescimento de 33,1% em relação ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2018. A Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$ 39,9 milhões no trimestre findo em 31 de dezembro de 2019 comparado a um prejuízo líquido de R\$ 68,4 milhões no trimestre findo em 31 de dezembro de 2018. O que representou uma redução de 41,7%.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a receita operacional líquida atingiu R\$ 1.453,5 milhões, aumento de 5,9% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, basicamente refletindo o ganho de 6% em tarifa quando comparado a 2018. O EBITDA foi de R\$ 623,0 milhões, aumento de 56,0% em relação ao período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018. A Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$ 125,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a um prejuízo líquido de R\$ 288,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Rumo Malha Sul S.A.

Balancos patrimoniais

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	161.138	4.867
Títulos e valores mobiliários	5.3	205.907	458.717
Contas a receber de clientes	5.4	83.575	168.143
Estoques	5.11	152.509	146.295
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		4.593	6.765
Outros tributos a recuperar	5.10	67.551	37.734
Adiantamento a fornecedores		871	670
Outros ativos		26.573	30.877
Ativo circulante		702.717	854.068
Contas a receber de clientes	5.4	5.054	5.054
Caixa restrito	5.3	35.652	35.080
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	2.244
Outros tributos a recuperar	5.10	151.511	227.936
Depósitos judiciais	5.14	92.687	73.674
Instrumentos financeiros derivativos	5.9	883	-
Adiantamento a fornecedores		11.723	9.051
Outros ativos		16.741	41.486
Direito de uso	5.12.2	363.556	-
Imobilizado	5.12.1	2.781.520	2.804.847
Intangíveis		27.624	22.066
Ativo não circulante		3.486.951	3.221.438
Total do ativo		4.189.668	4.075.506

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Sul S.A.

Balanços patrimoniais (Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	5.6	364.296	274.270
Passivo de arrendamento	5.7	106.237	8.174
Fornecedores	5.8	161.392	182.923
Ordenados e salários a pagar		80.511	100.289
Imposto de renda e contribuição social correntes		220	283
Outros tributos a pagar		5.727	10.615
Adiantamento de clientes	5.5	757	77.476
Arrendamentos e concessões em litígio	5.15	6.053	25.307
Receitas diferidas		718	2.647
Outros passivos financeiros		107.264	104.250
Outras contas a pagar		19.167	9.428
Passivo circulante		852.342	795.662
Empréstimos e financiamentos	5.6	896.340	1.240.699
Passivo de arrendamento	5.7	428.108	879
Outros tributos a pagar		72	480
Provisão para demandas judiciais	5.14	234.416	249.915
Arrendamentos e concessões em litígio	5.15	30.569	35.454
Pagáveis a partes relacionadas	4.1	-	649.639
Adiantamento de clientes	5.5	-	47.063
Receitas diferidas		1.535	2.253
Outras contas a pagar		3.390	4.944
Passivo não circulante		1.594.430	2.231.326
Total do passivo		2.446.772	3.026.988
Patrimônio líquido			
	5.16		
Capital social		2.695.633	2.695.633
Adiantamento para futuro aumento de capital		3.053.000	2.050.000
Ajustes de avaliação patrimonial		-2.339	-2.016
Prejuízos acumulados		-4.003.398	-3.695.099
		1.742.896	1.048.518
Total do passivo e patrimônio líquido		4.189.668	4.075.506

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Sul S.A.

Demonstrações dos resultados para o exercício findo em
(Em milhares de Reais – R\$, exceto resultado por ação)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida	6.1	1.453.533	1.372.030
Custos dos serviços prestados	6.2	-1.309.634	-1.338.698
Lucro bruto		143.899	33.332
Despesas comerciais	6.2	4.760	-7.443
Despesas gerais e administrativas	6.2	-51.264	-55.636
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	6.3	9.501	-15.562
Despesas operacionais		-37.003	-78.641
Resultado antes do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social		106.896	-45.309
Despesas financeiras		-254.962	-265.537
Receitas financeiras		24.480	27.516
Variação cambial, líquida		-1.699	-17.119
Derivativos		-649	12.322
Resultado financeiro líquido	6.4	-232.830	-242.818
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		-125.934	-288.127
Imposto de renda e contribuição social	5.13		
Corrente		17	14
		17	14
Resultado do exercício		-125.917	-288.113
Resultado por ação:	6.5		
Por ação ordinária		-0,0000002	-0,0000005
Por ação preferencial		-0,0000002	-0,0000005

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Sul S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de Reais - R\$)

	Capital social	AFAC	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.695.633	2.050.000	-2.016	-3.695.099	1.048.518
Adoção inicial a norma CPC 06 / IFRS 16	-	-	-	-182.382	-182.382
Saldo em 01 de janeiro de 2019	2.695.633	2.050.000	-2.016	-3.877.481	866.136
Resultado do exercício	-	-	-	-125.917	-125.917
Outros resultados abrangentes:					
Perdas atuariais com plano de pensão	-	-	-323	-	-323
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	-323	-125.917	-126.240
Contribuição e distribuições para os acionistas					
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.003.000	-	-	1.003.000
Total das transações com e para acionistas	-	1.003.000	-	-	1.003.000
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.695.633	3.053.000	-2.339	-4.003.398	1.742.896

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

	Capital social	AFAC	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.502.181	1.543.452	-879	-3.406.739	638.015
Adoção inicial a norma CPC 48 / IFRS 9	-	-	-	-247	-247
Saldo em 01 de janeiro de 2018	2.502.181	1.543.452	-879	-3.406.986	637.768
Resultado do exercício	-	-	-	-288.113	-288.113
Outros resultados abrangentes:					
Perdas atuariais com plano de pensão	-	-	-1.137	-	-1.137
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	-1.137	-288.113	-289.250
Contribuição e distribuições para os acionistas					
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	700.000	-	-	700.000
Aumento de capital por meio de integralização de AFAC	193.452	-193.452	-	-	-
Total das transações com e para acionistas	193.452	506.548	-	-	700.000
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.695.633	2.050.000	-2.016	-3.695.099	1.048.518

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Sul S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em
(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	-125.934	-288.127
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	516.129	444.736
Provisão para participações nos resultados e bônus	58.918	61.720
Resultado nas alienações de ativo imobilizado e intangível	-216	261
Provisão de demandas judiciais	19.423	28.776
Créditos fiscais extemporâneos	-7.370	-
Ganho por redução ao valor recuperável de contas a receber	-12.562	-1.500
Arrendamentos e concessões	-	97.181
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	244.560	243.366
Outros	-34.980	-21.899
	657.968	564.514
Varição em:		
Contas a receber de clientes	89.270	-25.938
Adiantamentos de clientes	-123.782	-124.339
Outros tributos, líquidos	47.690	-18.946
Estoques	-9.506	34.967
Ordenados e salários a pagar	-78.697	-31.055
Fornecedores	-20.140	-38.260
Adiantamentos a fornecedores	-2.653	-3.696
Arrendamentos e concessões a pagar	-	-105.657
Provisão para demandas judiciais	-43.429	-31.226
Outros passivos financeiros	-4.138	2.068
Outros ativos e passivos, líquidos	-51.029	-91.042
	-196.414	-433.124
Caixa líquido gerado nas atividades de operacionais	461.554	131.390
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	258.124	167.280
Caixa restrito	-571	14.300
Adições ao imobilizado e intangível	-443.052	-560.310
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	-185.499	-378.730
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	13.586	652.182
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	-278.643	-409.434
Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	-98.365	-81.173
Amortização de principal de arrendamento mercantil	-68.720	-11.358
Pagamento de juros de arrendamento mercantil	-59.264	-12.340
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos	-654	-379
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos	4	14.709
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.003.000	700.000
Partes relacionadas - mútuo	-630.728	-600.000
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de financiamento	-119.784	252.207
Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa	156.271	4.867
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.867	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	161.138	4.867

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Sul S.A.

Demonstrações dos valores adicionados para o exercício findo em
(Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas		
Vendas de produtos e serviços líquidas de devoluções	1.571.744	1.492.655
Outras receitas operacionais, líquidas	16.067	6.828
Ganho por redução ao valor recuperável de contas a receber	12.562	1.500
	1.600.373	1.500.983
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	-460.103	-471.433
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-125.951	-33.789
	-586.054	-505.222
Valor adicionado bruto	1.014.319	995.761
Retenções		
Depreciação e amortização	-516.129	-444.736
	-516.129	-444.736
Valor adicionado líquido produzido	498.190	551.025
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	24.480	27.516
	24.480	27.516
Valor adicionado total a distribuir	522.670	578.541
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	189.439	302.004
Remuneração direta	96.584	232.788
Benefícios	81.158	55.521
FGTS	11.697	13.695
Impostos, taxas e contribuições	157.797	141.909
Federais	130.469	118.657
Estaduais	26.831	22.640
Municipais	497	612
Remuneração de capitais de terceiros	301.351	422.741
Juros	257.310	270.334
Aluguéis e arrendamentos do contrato de concessão	44.041	152.407
Remuneração de capitais próprios	-125.917	-288.113
Resultado do exercício	-125.917	-288.113
	522.670	578.541

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

1 Informações da companhia

1.1 Contexto operacional

A Rumo Malha Sul S.A. (“Companhia” ou “Rumo Malha Sul”) é uma sociedade por ações brasileira, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em Curitiba – Paraná, Brasil.

A Companhia opera no segmento de transporte ferroviário principalmente na região Sul do Brasil.

1.2 Concessão de operações ferroviárias

Os contratos de concessão e de arrendamento de ativos ferroviários da Companhia se encerram em fevereiro de 2027, renováveis por mais 30 anos.

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas no contrato de concessão, tais como: não efetuar sub-concessão; submeter-se à fiscalização permanente da União; cumprimento de normas, especificações técnicas e padrões nacionais do Ministério dos Transportes; cumprir todas as disposições legais aplicáveis aos serviços concedidos, especialmente aquelas relativas à proteção do meio ambiente.

O contrato será extinto com a concretização dos seguintes fatos: convenção amigável das partes, precedidas de negociações e ajustes financeiros devidos por uma à outra parte; término do prazo contratual; encampação ou resgate, por interesse público superveniente à concessão, mediante a devida indenização; anulação por ilegalidade da concessão ou do contrato; infrações graves e continuadas cometidas por uma das partes, que acarretem danos à qualidade e eficiência dos serviços; por encampação pela União dos serviços concedidos ou pelo advento de Lei que torne o contrato, formal ou materialmente, impossível. Ocorrendo a encampação, os acionistas da Companhia serão indenizados pelo justo valor do acervo vinculado à concessão, apurado à época da encampação.

1.3 Informações sobre o Grupo

A Companhia é controlada direta da Rumo S.A. (“Rumo”), que detém 100% do seu capital. A controladora final da companhia é a Cosan Limited, listada na Bolsa de Nova York, ou “NYSE” (ticker — CZZ).

1.4 Considerações sobre a continuidade operacional

Quando da elaboração das demonstrações financeiras, a Administração fez uma avaliação sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia no futuro previsível. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 149.625 e um prejuízo no exercício de R\$ 125.917.

A gestão de caixa da Companhia é feita de forma centralizada e numa visão consolidada na Rumo S.A., sendo que eventuais necessidades de caixa são supridas pelo controlador ou demais empresas do grupo quando necessário, os quais têm a capacidade de suprir a Companhia com a liquidez necessária, seja através de mútuos, aumento de capital ou AFACs, para a liquidação das suas obrigações de curto prazo. Dessa forma não há risco de continuidade operacional no curto prazo.

2 Bases de preparação e políticas contábeis gerais

Essa seção fornece informações sobre bases gerais de preparação, que a Administração julga úteis e relevantes para o entendimento destas demonstrações financeiras:

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

Certos montantes dos saldos comparativos na nota 6.2 – “Custos e despesas por natureza” e nota 6.4 – “Resultado financeiro” foram reclassificados para melhorar o nível de detalhamento das divulgações nessas demonstrações financeiras. Essas reclassificações tiveram impactos insignificantes na demonstração financeira da Companhia.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 20 de fevereiro de 2020.

2.2 Políticas contábeis gerais

As políticas contábeis específicas estão incluídas nas notas explicativas, enquanto práticas gerais estão descritas abaixo:

a) Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas individuais.

Julgamentos:

Os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que no entendimento da Administração têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.7 – Passivos de arrendamento:** Prazo do arrendamento se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação;

Incertezas sobre premissas e estimativas:

As incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício envolvem os seguintes temas:

- **Notas 5.4 – Contas a receber de clientes:** Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda esperada;
- **Nota 5.12.1 – Imobilizado:** Teste de redução ao valor recuperável de ativos: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota 5.13 – Imposto de renda e contribuição social:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota 5.14 – Provisão para demandas judiciais:** Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário em que opera, gera e consome dinheiro.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

2.3 Mensuração do valor justo

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisionar todas as mensurações significativas do valor justo, e reporta diretamente ao Conselho.

A Administração regularmente revisa premissas não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível de hierarquia.

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** As entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- **Nível 2:** As entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. O valor justo da maioria dos investimentos da Companhia em valores mobiliários, contratos de derivativos e títulos.

- **Nível 3:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Todas as estimativas resultantes de valor justo da Companhia estão incluídas no nível 2.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no nível da hierarquia de valor justo com mais subjetividade.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

5.9 – Instrumentos financeiros derivativos

Os valores contábeis e o valor justos dos ativos e passivos financeiros que estão mensurados a valor justo são os seguintes:

	Valor contábil		Ativos e passivos mensurados ao valor justo	
			31/12/2019	31/12/2018
	31/12/2019	31/12/2018	Nível 2	Nível 2
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	205.907	458.717	205.907	458.717
Instrumentos financeiros	883	-	883	-
Total	206.790	458.717	206.790	458.717
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	20.795	-	20.795	-
Total	20.795	-	20.795	-

2.4 Mudanças significativas nas políticas contábeis

A Companhia adotou inicialmente o CPC 06 (R2) / IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019. Outras novas normas são efetivas a partir desta data, mas não afetam materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários. Como resultado, a Companhia, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. A contabilidade do arrendador permanece semelhante às políticas contábeis anteriores (a Companhia não possui transações relevantes como arrendador).

A Companhia optou por utilizar a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da adoção inicial é reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos resultados acumulados em 1º de janeiro de 2019. Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foi reapresentada - ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06 / IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo:

(i) Na definição de arrendamento

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se o mesmo era ou continha um arrendamento sob o ICPC 03 / IFRIC 4 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento baseado na nova definição de arrendamento. De acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Na transição para o CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Companhia optou por aplicar o expediente prático de manter a avaliação de quais transações são arrendamentos, às quais aplicou o CPC 06 (R2) / IFRS 16. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 e o ICPC 03 / IFRIC 4 não foram reavaliados. Por conseguinte, a nova definição de arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos celebrados ou alterados em ou após 1º de janeiro de 2019.

(ii) No tratamento como arrendatária

A Companhia arrenda ativos, incluindo imóveis, infraestrutura ferroviária, material rodante (locomotivas e vagões), veículos e equipamentos de TI. Como arrendatária, a Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

No início ou na reavaliação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação do contrato a cada componente de arrendamento e não arrendamento com base em seus preços individuais.

No entanto, a Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI). A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

A Companhia apresenta os valores contábeis dos ativos de direito de uso (incluindo ativos anteriormente classificados como arrendamentos financeiros) em uma linha específica do balanço designada "Direito de uso". Da mesma forma, registra os passivos em uma conta distinta chamada "Passivos de arrendamento".

(iii) Política contábil significativa

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer amortização acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas mensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A Companhia aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos que incluem opções de renovação. A avaliação se a Companhia está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos. As opções de extensão e rescisão estão incluídas em vários contratos de arrendamentos em toda a Companhia. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gerenciamento de contratos. A maioria das opções de prorrogação e rescisão é exercível por ambos os participantes (arrendador e arrendatário).

(iv) Transição

Anteriormente a Companhia dispensava aos contratos de concessão de infraestrutura ferroviária e material rodante o mesmo tratamento dado aos arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06 / IAS 17. Alguns contratos são ajustados por índices inflacionários como IGP-M ou IPCA.

Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Ao seu valor contábil como se o CPC 06 (R2) / IFRS 16 tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado pela taxa de empréstimo incremental do arrendatário na data da aplicação inicial – a Companhia aplicou esta abordagem ao seu arrendamento de infraestrutura ferroviária e material rodante; ou
- Ao valor equivalente ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de qualquer pagamento antecipado ou acumulado do arrendamento – a Companhia aplicou esta abordagem a todos os outros arrendamentos.

A Companhia utilizou os seguintes expedientes práticos ao aplicar o CPC 06 (R2) / IFRS 16 aos arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06 / IAS 17:

- Aplicou a isenção para não reconhecer ativos de direito de uso e passivos para arrendamentos com prazo menor que 12 meses.
- Excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial.
- Utilizou percepção tardia ao determinar o prazo do arrendamento, se o contrato continha opções para estender ou rescindir o contrato de arrendamento.

Os arrendamentos classificados e registrados anteriormente como arrendamento financeiro conforme o CPC 06(R1) / IAS 17 tiveram o valor contábil do direito de uso do ativo e o passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 determinados pelo valor contábil do ativo de arrendamento e passivo de arrendamento imediatamente antes dessa data.

(v) Impacto nas demonstrações financeiras

Na transição para o CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Companhia reconheceu ativos de direito de uso adicionais e passivos adicionais de arrendamento, reconhecendo a diferença em lucros acumulados. O impacto na transição está resumido abaixo:

	<u>01/01/2019</u>
Ativo não circulante	
Ativos de direito de uso	340.257
Total do ativo não circulante	<u>340.257</u>
Total do ativo	<u><u>340.257</u></u>
Passivo circulante	
Passivos de arrendamento	24.648
Total do passivo circulante	<u>24.648</u>
Passivo não circulante	
Passivo de arrendamento	522.255
Arrendamento e concessão	(24.264)
Total do passivo não circulante	<u>497.991</u>
Total do passivo	<u><u>522.639</u></u>
Patrimônio líquido	
Prejuízos acumulados	(182.382)
Total do patrimônio líquido	<u>(182.382)</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>340.257</u></u>

Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Companhia descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa incremental de empréstimo em 1º de janeiro de 2019. A taxa média nominal ponderada aplicada foi de 12,70% (taxa de juros incremental).

Além de registrar os ativos e passivos adicionais destacados no quadro anterior, a Companhia reclassificou: R\$7.681 do imobilizado (valor residual do direito de uso de ativos já registrados anteriormente como arrendamentos financeiros) que integra os custos dos respectivos direitos de uso.

Interpretação ICPC 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda

A Interpretação aborda a contabilização dos impostos sobre o rendimento quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32 / IAS 12 e não se aplica a impostos ou taxas fora do âmbito do CPC 32 / IAS 12, nem inclui especificamente requisitos relativos a juros e penalidades associados a impostos incertos tratamentos.

A Companhia está sujeita a exame pelas autoridades fiscais, com os cinco anos fiscais abertos em geral. A Companhia possui fiscalizações em andamento em vários estágios de conclusão, uma das quais pode concluir dentro dos próximos 12 meses. Contudo, nesse momento, a Companhia não possui incertezas quanto ao tratamento de tributo sobre o lucro.

Não foram identificados efeitos da adoção da interpretação ICPC 22 / IFRIC 23 que afetassem as políticas contábeis da Companhia e essas demonstrações financeiras.

2.5 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Certas normas novas e alterações às normas serão efetivas para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2020 e a aplicação antecipada é permitida; no entanto, a Companhia não adotou antecipadamente as seguintes novas normas ou alterações às normas na preparação destas demonstrações financeiras:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

As normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

3 Negócios, operações e administração da Companhia

3.1 Objetivos e políticas da gestão de riscos de instrumentos financeiros

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o seu desempenho financeiro futuro. As informações de lucros e perdas do exercício atual foram incluídas, quando relevante ao contexto.

Risco	Exposição decorrente de:	Mensuração	Gestão
Risco de mercado - câmbio	(i) Transações comerciais futuras. (ii) Ativos e passivos financeiros reconhecidos não denominados em reais.	(i) Fluxo de caixa futuro (ii) Análise de sensibilidade	Moeda estrangeira
Risco de mercado – juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos de valores mobiliários, caixa restrito, empréstimos e debêntures, Arrendamentos e instrumentos financeiros derivativos.	(iii) Análise de sensibilidade	Swap de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito, contas a receber, derivativos, contas a receber de partes relacionadas.	(i) Análise por vencimento (ii) Ratings de crédito	Disponibilidades e linhas de crédito
Risco de liquidez	Empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar a fornecedores, outros passivos financeiros, REFIS, arrendamentos, derivativos e contas a pagar a partes relacionadas.	Fluxo de caixa futuro	Disponibilidades e linhas de crédito.

O gerenciamento de risco da Companhia é predominantemente controlado por um departamento central de Tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração que fornece princípios para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto.

A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

a) Risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é manter as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para administrar riscos de mercado. Todas as transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela política de gerenciamento de risco. Geralmente, a Companhia procura aplicar a contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade nos lucros ou prejuízos.

i. Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em moeda estrangeira:

	31/12/2019
Fornecedores	(1.860)
Empréstimos e financiamentos	(20.795)
Derivativos de taxa de câmbio (<i>nocional</i>) ⁽ⁱ⁾	20.795
Passivo de arrendamento	(734)
	(2.594)

- (i) Estes saldos equivalem ao valor do *nocional* em Euro convertidos para R\$ pela taxa de 31 de dezembro de 2019.

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos e euros, levantados em 31 de dezembro de 2019, no cenário provável a Companhia sensibilizou o efeito positivo ou negativo no resultado, antes dos impostos, decorrente de um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível do Real em relação às moedas estrangeiras. Os cenários com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R\$/US\$ e R\$/E\$) de 25% e 50% apresentam o efeito incremental em relação ao cenário provável como segue:

Instrumento	Fator de risco	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Fornecedores	Flutuação do câmbio	13	(462)	(924)	462	924
Derivativos de taxa de câmbio (nacional)	Flutuação do câmbio	218	(5.144)	(10.289)	5.144	10.289
Empréstimos e financiamentos	Flutuação do câmbio	(218)	5.144	10.289	(5.144)	(10.289)
Passivo de arrendamento	Flutuação do câmbio	5	(182)	(364)	182	364
Impactos no resultado do exercício		18	(644)	(1.288)	644	1.288

O cenário provável utiliza o dólar e euro projetados por consultoria especializada para 31 de dezembro de 2020. Cenários estressados foram definidos aplicando variações (positivas e negativas) de 25% e de 50% nas taxas de câmbio usadas no cenário provável.

	31/12/2019	Cenários				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Dólar	4,0307	4,0028	5,0035	6,0042	3,0021	2,0014
Euro	4,5305	4,4831	5,6039	6,7247	3,3623	2,2416

ii. Risco da taxa de juros

A Companhia possui instrumentos financeiros sobre os quais incidem taxas de juros em grande parte variáveis, o que expõe o resultado financeiro aos riscos de flutuação das taxas de juros.

A análise de sensibilidade a seguir demonstra no cenário provável o impacto anual projetado nas despesas com juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração das aplicações financeiras (antes dos impostos), mantidas as demais variáveis. Os cenários com aumento e diminuição nas taxas de juros de 25% e 50% apresentam o efeito incremental em relação ao cenário provável:

Exposição taxa de juros ⁽ⁱ⁾	31/12/2019				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	7.090	1.773	3.545	(1.773)	(3.545)
Títulos e valores mobiliários	9.060	2.265	4.530	(2.265)	(4.530)
Caixa restrito	1.559	392	784	(392)	(784)
Empréstimos e financiamentos	(45.105)	(11.276)	(22.553)	11.276	22.553
Derivativos de taxa de juros	990	(2.293)	(3.499)	2.293	3.499
Passivo de arrendamento	(61.931)	(1)	(3)	1	3
Impactos no resultado do exercício	(88.337)	(9.140)	(17.196)	9.140	17.196

- (i) Os índices de CDI e TJLP considerados: 4,40% a.a. e 4,57% a.a., respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, feita por uma terceira parte especializada e o Banco Central do Brasil, ou BACEN, como segue:

	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	4,40%	5,50%	6,60%	3,30%	2,20%
CDI	4,40%	5,50%	6,60%	3,30%	2,20%
TJLP	4,90%	6,13%	7,35%	3,68%	2,45%
IPCA	3,60%	4,50%	5,40%	2,70%	1,80%

b) Risco de crédito

As operações regulares da empresa expõem-no a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	161.138	4.867
Títulos e valores mobiliários ⁽ⁱ⁾	205.907	458.717
Caixa restrito ⁽ⁱ⁾	35.652	35.080
Contas a receber de clientes ⁽ⁱⁱ⁾	88.629	173.197
Instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱ⁾	883	-
	492.209	671.861

- (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é o valor registrado.

- (ii) O risco de crédito do cliente é administrado pela Companhia, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de “A”. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria, de acordo com a política da Companhia.

Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	<u>31/12/2019</u>
AA	237.795
AAA	165.785
Total	<u>403.580</u>

O risco de crédito de clientes é administrado de forma centralizada por cada segmento de negócio, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontra dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/12/2019				31/12/2018	
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Empréstimos e financiamentos	(440.952)	(330.525)	(600.290)	(112.805)	(1.484.572)	(1.844.897)
Fornecedores	161.392	-	-	-	161.392	(182.923)
Outros passivos financeiros ⁽ⁱ⁾	107.264	-	-	-	107.264	(104.250)
Parcelamento de débitos tributários	(971)	(75)	-	-	(1.046)	(8.163)
Passivo de arrendamento	(112.593)	(111.282)	(332.843)	(246.942)	(803.660)	(11.111)
Instrumentos financeiros derivativos	(597)	(494)	194	1.780	883	-
Pagáveis a partes relacionadas	-	-	-	-	-	(649.639)
	(286.457)	(442.376)	(932.939)	(357.967)	(2.019.739)	(2.800.983)

- (i) Em 31 de dezembro de 2019 o saldo antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras era de R\$107.264 (R\$94.765 em 31 de dezembro de 2018). Essas operações tiveram o Banco Itaú e Banco Bradesco como contraparte, a uma taxa média de 6,33% a.a. O prazo médio dessas operações, que são registradas a valor presente pela taxa anteriormente mencionada, é de 3 meses.

3.2 Informação por segmento

A Companhia atua em um único segmento operacional, o transporte ferroviário de cargas, de forma que não cabe a divulgação de informações adicionais sobre segmentos operacionais.

4 Transações e eventos significativos

4.1 Partes relacionadas

Política contábil:

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são registradas pelos termos e condições estabelecidos em contrato. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) **Resumo dos saldos com partes relacionadas**

	31/12/2019	31/12/2018
Ativos		
Contas a receber de clientes		
Cosan S.A.	-	5
Rumo Malha Norte S.A.	5.409	57.631
Rumo Malha Paulista S.A.	14.998	27.469
Raízen Combustíveis S.A.	2.521	2.214
Raízen Energia S.A.	980	449
Rumo S.A.	1	10.592
Brado Logística S.A	2.681	4.055
Elevações Portuárias S.A.	422	7.009
Outros	3.180	10.038
	30.192	119.462
Adiantamento a fornecedores		
Raízen Combustíveis S.A.	225	-
	225	-
Ativo circulante	30.417	119.462
Adiantamento a fornecedores		
Raízen Combustíveis S.A.	11.723	9.051
	11.723	9.051
Ativo não circulante	11.723	9.051
Total	42.140	128.513

	31/12/2019	31/12/2018
Passivo		
Fornecedores		
Rumo Malha Paulista S.A.	2.885	3.782
Rumo Malha Oeste S.A.	3.389	1.623
Rumo Malha Norte S.A.	1.940	1.299
Rumo S.A.	7	1.109
Brado Logística S.A	701	90
Raízen Energia S.A.	3.762	3.553
Raízen Combustíveis S.A.	47.031	42.468
Outros	2.312	2.772
	62.027	56.696
Adiantamento de clientes		
Rumo Malha Norte S.A.	-	56.934
Rumo Malha Oeste S.A.	-	20.000
	-	76.934
Passivo circulante	62.027	133.630
Adiantamento de clientes		
Rumo Malha Oeste S.A.	-	47.063
	-	47.063
Mútuo		
Rumo Malha Norte S.A.	-	649.639
	-	649.639
Passivo não circulante	-	696.702
Total passivo	62.027	830.332

b) Transações com partes relacionadas

	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida ⁽ⁱ⁾		
Raízen Energia S.A.	25.049	14.351
Raízen Combustíveis S.A.	98.656	77.159
Rumo Malha Norte S.A.	45.021	38.887
Rumo Malha Oeste S.A.	22.850	24.956
Rumo Malha Paulista S.A.	31.913	41.384
Brado Logística S.A.	30.547	22.562
Outros	-	1
	254.036	219.300
Compras de produtos / insumos		
Rumo Malha Norte S.A.	(2.291)	(1.945)
Rumo Malha Paulista S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	(30.020)	(33.482)
Raízen Combustíveis S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(378.835)	(367.955)
Rumo Malha Oeste S.A.	(22.177)	(5.774)
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ^(iv)	(13.709)	(15.393)
Brado Logística S.A.	(1.132)	(1.838)
	(448.164)	(426.387)
Receita (despesas) compartilhadas ^(v)		
Rumo Malha Norte S.A.	82.685	117.639
Rumo Malha Oeste S.A.	4.938	14.831
Rumo Malha Paulista S.A.	35.452	29.901
Elevações Portuárias S.A.	5.849	5.530
Raízen Energia S.A.	(18.132)	(17.633)
Rumo S.A.	97	4.409
Outros	(51)	(2.785)
	110.838	151.892
Resultado financeiro		
Rumo Malha Norte S.A.	(14.337)	(90.770)
	(14.337)	(90.770)

- (i) A prestação de serviços nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 se refere principalmente à transporte, cujas condições estão definidas em contratos.
- (ii) Despesas com partilhas de fretes, de acordo com as condições estabelecidas no COE - Contrato de Operações Específico firmado entre as partes.
- (iii) Aquisição de combustíveis (diesel para uso nas locomotivas) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 junto à Raízen Combustíveis e suas controladas, a condições determinadas em processo de contratação aberto aos concorrentes.

- (iv) Aquisição de lubrificantes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 junto à Cosan Lubrificantes, a condições determinadas em processo de contratação aberto aos concorrentes.
- (v) Se referem a rateios de gastos compartilhados entre as empresas do Grupo e do centro de serviços compartilhados Raízen. São alocados a partir de direcionadores de rateio: número de colaboradores, número de ações judiciais, volume em TKUs e receitas.

c) Remuneração dos administradores e diretores

A remuneração fixa e variável das pessoas chave da administração registrada no período findo em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$7.299 (R\$6.669 em 31 de dezembro de 2018), sendo toda a remuneração classificada como benefícios de curto prazo.

5 Informações detalhadas sobre ativos e passivos

5.1 Ativos e passivos financeiros

Política contábil

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros se dá pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	31/12/2019	31/12/2018
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários	205.907	458.717
Instrumentos financeiros derivativos	883	-
	206.790	458.717
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	161.138	4.867
Contas a receber de clientes	88.629	173.197
Caixa restrito	35.652	35.080
	285.419	213.144
Total	492.209	671.861
Passivos		
Custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	1.239.841	1.514.969
Passivo de arrendamento	534.345	9.053
Fornecedores	161.392	182.923
Outros passivos financeiros	107.264	104.250
Pagáveis a partes relacionadas	-	649.639
Parcelamento de débitos tributários	994	6.575
	2.043.836	2.467.409
Valor justo por meio do resultado		
Empréstimos e financiamentos	20.795	-
	20.795	-
Total	2.064.631	2.467.409

5.2 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado, com vencimento médio dos títulos públicos entre dois e cinco anos, entretanto podem ser prontamente resgatados e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	31/12/2019	31/12/2018
Bancos conta movimento	789	4.867
Aplicações financeiras	160.349	-
	161.138	4.867

As aplicações financeiras são compostas por:

	31/12/2019
Aplicações em bancos	
Certificado de depósitos bancários - CDB ⁽¹⁾	160.349
	160.349

- (i) Operações com liquidez diária (compromisso de recompra por parte do banco) com taxa de juros atrelada a SELIC.

5.3 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado. Possuem vencimento entre dois e cinco anos, entretanto podem ser prontamente resgatados estando sujeitos a um certo risco de mudança no valor.

Títulos e valores mobiliários

	31/12/2019	31/12/2018
Títulos públicos ⁽ⁱ⁾	159.322	458.717
Certificados de depósitos bancários ⁽ⁱⁱ⁾	11.722	-
Letras financeiras ⁽ⁱⁱⁱ⁾	34.863	-
	205.907	458.717

- (i) Títulos públicos classificados como valor justo por meio do resultado possuem taxa de juros atrelada a SELIC e vencimento entre dois e cinco anos.
- (ii) Certificados de depósitos bancários possuem taxa de juros atrelada ao CDI e vencimento entre dois e cinco anos.
- (iii) Letras financeiras possuem taxa de juros atreladas ao CDI, e de liquidez diária, conforme política de liquidez da Companhia.

Caixa restrito

	31/12/2019	31/12/2018
Valores depositados em garantia	35.652	35.080
	35.652	35.080

5.4 Contas a receber de clientes

Política contábil:

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Cientes terceiros	66.428	74.719
Cientes partes relacionadas (4.1)	30.192	119.462
	96.620	194.181
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(7.991)	(20.984)
	88.629	173.197
Circulante	83.575	168.143
Não circulante	5.054	5.054
	88.629	173.197

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes são como segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
A vencer	35.048	46.916
Vencidas		
Até 30 dias	24.165	8.008
De 31 a 60 dias	561	900
De 61 a 90 dias	518	153
Mais de 90 dias	6.136	18.742
	66.428	74.719

A movimentação da provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 01 de janeiro de 2018	(23.738)
Provisões	(6.143)
Reversões e baixas	8.897
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(20.984)
Provisões	(1.906)
Reversões e baixas	14.899
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(7.991)

5.5 Adiantamento de clientes

	31/12/2019	31/12/2018
Cientes	757	542
Cientes partes relacionadas (Nota 4.1) ⁽ⁱ⁾	-	123.997
	757	124.539
Circulante	757	77.476
Não circulante	-	47.063
	757	124.539

(i) Os adiantamentos a clientes são referentes à partilha de fretes, com o cronograma de liquidação prevista em contrato.

5.6 Empréstimos e financiamentos

Política contábil:

Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado.

São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Descrição	Encargos financeiros		31/12/2019	31/12/2018	Vencimento final	Objetivo
	Indexador ⁽ⁱ⁾	Taxa média anual de juros				
Empréstimos e financiamentos						
ECA	Euribor + 0,58% ⁽ⁱⁱ⁾	0,58%	20.795	-	set/2026	Aquisição
Finame (BNDES)	URTLP	6,00%	319.328	383.133	dez/2025	Aquisição
Finem (BNDES)	Pré-fixado	7,42%	920.513	1.131.836	jan/2022	Aquisição
			1.260.636	1.514.969		
Circulante						
Não circulante			364.296	274.270		
			896.340	1.240.699		
			1.260.636	1.514.969		

(i) TJLP refere-se à Taxa de Juros de Longo Prazo, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). O CDI ou Taxa DI Over (CDI Over) é obtido ao se calcular a média ponderada de todas as taxas de transações efetuadas na Cetip entre diferentes instituições financeiras.

(ii) Essa dívida tem contratos de swap para 108,33% do CDI que representa uma taxa média de 6,51% a.a.

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	31/12/2019	31/12/2018
13 a 24 meses	276.262	358.064
25 a 36 meses	185.821	273.883
37 a 48 meses	164.884	183.721
49 a 60 meses	164.884	162.848
61 a 72 meses	101.460	162.848
73 a 84 meses	3.029	99.335
	896.340	1.240.699

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados nessas moedas:

	31/12/2019	31/12/2018
Reais (R\$)	1.239.841	1.514.969
Euro (EUR) ⁽ⁱ⁾	20.795	-
Total	1.260.636	1.514.969

(i) Em 31 de dezembro de 2019, todas as dívidas denominadas em moeda estrangeira, possuem proteção contra risco cambial através de derivativos (Nota 5.9).

Abaixo movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida para o exercício findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Saldo em 01 de janeiro de 2018	1.263.554
Captações	652.182
Amortização de principal	(409.434)
Pagamento de juros	(81.173)
Atualização de juros, variação monetária e cambial	89.840
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.514.969
Captações	13.586
Amortização de principal	(278.643)
Pagamento de juros	(98.365)
Atualização de juros, variação monetária e cambial	109.089
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.260.636

a) Garantias

Alguns contratos de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), destinados a investimentos, também são garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com um custo médio de 0,85% ao ano ou por garantias reais (ativos) e conta de garantia. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de garantias bancárias contratadas era de R\$ 686.524 (R\$ 1.150.699 em 31 de dezembro de 2018).

Para cálculo das taxas médias foi considerado, em bases anuais, o CDI médio anual de 5,94% e TJLP de 5,57%.

b) Linhas de crédito não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2019, Companhia dispunha de linhas de crédito em bancos com rating AA, que não foram utilizadas, no valor total de R\$ 44.303 (R\$ 43.618 em 31 de dezembro de 2018).

O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais.

c) Cláusulas restritivas (“Financial covenants”)

As principais linhas de empréstimos da Companhia estão sujeitas a cláusulas restritivas, com base em indicadores financeiros e não financeiros, os quais são medidos a nível do grupo. As principais e mais restritivas cláusulas estão demonstradas abaixo:

Meta	Índice
Dívida financeira Líquida/ EBITDA \leq 3,6x em dezembro de 2019	1,76
EBITDA/ Resultado financeiro consolidado \geq 1,70x em dezembro de 2019	7,19
Patrimônio líquido/ Ativo total $= >$ 0,25 em dezembro de 2019	0,26

Em 31 de dezembro de 2019, todas as cláusulas restritivas financeiras foram cumpridas.

5.7 Passivos de arrendamento

Política contábil:

Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019

No início ou na modificação de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;

- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

A valorização subsequente do passivo de arrendamento se dá pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Políticas contábeis aplicáveis antes de 1º de janeiro de 2019

No período comparativo, como arrendatário, a Companhia classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os passivos eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre valor justo do ativo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente.

Os compromissos enquadrados como outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento.

	Financeiro	Operacional	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2019	9.053	-	9.053
Reconhecimento inicial	-	546.903	546.903
Apropriação de juros e variação cambial	11.714	65.746	77.460
Pagamento de principal	(16.367)	(52.353)	(68.720)
Pagamento de juros	(3.935)	(55.329)	(59.264)
Reajuste contratual	-	28.913	28.913
Saldo em 31 de dezembro de 2019	465	533.880	534.345
Circulante	465	105.772	106.237
Não circulante	-	428.108	428.108
	465	533.880	534.345

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em junho de 2049 (uma abertura por vencimento é demonstrada na Nota 3.1). Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns dos contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram considerados na determinação da classificação como arrendamento financeiro.

Além da amortização e da apropriação de juros e variação cambial destacados nos quadros anteriores, foi registrado para os demais contratos de arrendamento que não foram incluídos na mensuração de passivos de arrendamentos os seguintes impactos no resultado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	31/12/2019
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo	6.296
Despesas de arrendamentos de ativos de baixo valor, excluindo arrendamentos de curto prazo de ativos de baixo valor	92
	6.388

Informações adicionais

A Companhia, em plena conformidade com as normas, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu o desconto ao valor presente das parcelas futuras de arrendamento sem considerar a inflação futura projetada nas parcelas a serem descontadas.

A taxa incremental de juros (nominal) utilizada pela Companhia foi determinada com base nas taxas de juros a que a Companhia tem acesso, ajustada ao mercado brasileiro e aos prazos de seus contratos. Foram utilizadas taxas entre 10,9% a 14,2%, de acordo com o prazo de cada contrato.

Em atendimento à Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, se, nas transações em que a taxa incremental é usada, a mensuração fosse feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescidas da inflação futura projetada, os saldos dos passivos de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, seriam os apresentados na coluna “Ofício”:

Contas	2019		
	Registrado	Ofício	% Variação
Passivos de arrendamento	533.880	586.245	10%
Direito de uso residual	327.738	77.843	-76%
Despesa financeira	(64.320)	(73.377)	14%
Despesa de depreciação	(41.433)	(11.421)	-72%

A Companhia registrou os passivos de arrendamento pelo valor presente das parcelas devidas. O saldo não inclui potenciais créditos de impostos, pelo fato de seus contratos não gerarem créditos de impostos indiretos no momento do pagamento dos arrendamentos.

5.8 Fornecedores

Política contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 45 dias do reconhecimento.

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores de materiais e serviços	97.643	125.292
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	51.478	47.621
Outros	12.271	10.010
Total	161.392	182.923
Fornecedores	99.365	126.227
Fornecedores partes relacionadas (Nota 4.1)	62.027	56.696
	161.392	182.923

5.9 Instrumentos financeiros derivativos

Política contábil:

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de *hedge* e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de *hedge*. A Companhia designa certos derivativos como:

Hedges do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo).

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedge* são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outros ganhos / (perdas).

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de *hedge* são divulgados abaixo. O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de *hedge* for menor que 12 meses.

A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge* quanto em uma base contínua, sobre se os instrumentos de *hedge* devem ser altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis. Para o risco coberto, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro de uma faixa de 80% - 125% até 31 de dezembro de 2019 e 2018

Para proteger a exposição ao risco de câmbio a Companhia utiliza instrumentos de *swap*, cujo valor justo é determinado a partir dos fluxos de caixa descontados baseados em curvas de mercado, e os dados são apresentados abaixo:

	<i>Nocional</i>	<i>Valor justo</i>
	31/12/2019	31/12/2019
Derivativos de taxa de câmbio e juros		
Contratos de <i>Swap</i> (Juros e câmbio)	23.146	883
	23.146	883

A Companhia contratou operações de *Swap*, de forma a ficar ativa em USD + juros fixos e passiva em percentual do CDI.

Derivativos são usados apenas para fins de *hedge* econômico e não como investimentos especulativos.

5.10 Outros tributos a recuperar

Política Contábil:

Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

	31/12/2019	31/12/2018
COFINS	68.638	91.525
PIS	12.481	24.014
ICMS ⁽ⁱ⁾	73.538	55.715
ICMS CIAP ⁽ⁱⁱ⁾	64.267	94.285
Outros	138	131
	219.062	265.670
Circulante	67.551	37.734
Não circulante	151.511	227.936
	219.062	265.670

- (i) Crédito de ICMS referente à aquisição de insumos e diesel utilizado no transporte.
- (ii) Crédito de ICMS oriundos de aquisições de ativo imobilizado.

5.11 Estoques

Política contábil:

Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável (é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos custos estimados necessários para efetuar a venda).

A provisão para estoques obsoletos é feita para os riscos associados à realização e venda de estoques devido à obsolescência e mensuradas pelo valor realizável líquido ou o custo, dos dois o menor.

	31/12/2019	31/12/2018
Peças e acessórios	146.590	141.706
Combustíveis e lubrificantes	3.794	2.922
Almoxarifado e outros	2.125	1.667
	152.509	146.295

Os saldos estão apresentados líquidos da provisão de estoques obsoletos no montante de R\$ 1.737 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 2.913 em 31 de dezembro de 2018).

5.12 Ativos imobilizados e direitos de uso

Política contábil:

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos e projeções que levam em consideração a premissa relacionada a unidade geradora de caixa, tais como: geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto.

Para fins de análise de *impairment* foi definido como unidade geradora de caixa o contrato de concessão. A base para avaliação e testes anuais é 30 de setembro.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não identificamos indicadores de *impairment*, de forma que nenhum teste de *impairment* foi necessário para ativos imobilizados e intangíveis de vida útil definida.

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas-chaves, conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados, tecnológicas, econômicas vigentes no momento em que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

5.12.1 Imobilizado

Política contábil:

Reconhecimento e mensuração

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são contabilizados quando incorridos.

Depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há mudança significativa em um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, como segue:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% - 11%
Outros	10% - 20%
Vagões	2,9% - 6%
Locomotivas	3,3% - 8%
Vias permanentes	3% - 4%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Equipamentos de informática	20%

Reconciliação do valor contábil

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas (i) / (iii)	Via Permanente (i)	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Valor de custo:							
Saldo em 01 de janeiro de 2018	198.854	304.142	2.738.655	2.160.463	220.984	111.376	5.734.474
Adições	-	-	-	-	560.073	-	560.073
Baixas	-	(12.967)	(107.389)	-	(1.373)	(5.999)	(127.728)
Transferências	2.784	16.480	148.006	284.943	(461.579)	3.111	(6.255)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	201.638	307.655	2.779.272	2.445.406	318.105	108.488	6.160.564
Transferências para direito de uso ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	(2.538)	(60.616)	-	-	-	(63.154)
Saldo em 01 de janeiro de 2019	201.638	305.117	2.718.656	2.445.406	318.105	108.488	6.097.410
Adições	-	-	-	-	454.571	-	454.571
Baixas	-	-	(1.976)	-	-	1	(1.975)
Transferências	3.459	44.644	203.237	187.252	(394.547)	(520)	43.525
Saldo em 31 de dezembro de 2019	205.097	349.761	2.919.917	2.632.658	378.129	107.969	6.593.531
Depreciação e perda por redução ao valor recuperável:							
Saldo em 01 de janeiro de 2018	(136.796)	(164.332)	(1.550.047)	(1.093.760)	-	(99.185)	(3.044.120)
Adições	(4.202)	(20.118)	(231.536)	(178.681)	-	(3.242)	(437.779)
Baixas	-	12.908	106.882	-	-	5.999	125.789
Transferências	-	29	336	-	-	28	393
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(140.998)	(171.513)	(1.674.365)	(1.272.441)	-	(96.400)	(3.355.717)
Transferências para direito de uso ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	-	2.532	52.941	-	-	55.473
Saldo em 01 de janeiro de 2019	(140.998)	(171.513)	(1.671.833)	(1.219.500)	-	(96.400)	(3.300.244)
Adições	(3.345)	(18.252)	(222.751)	(218.437)	-	(2.734)	(465.519)
Baixas	-	-	1.936	-	-	-	1.936
Transferências	-	6.545	(2.374)	(52.824)	-	469	(48.184)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(144.343)	(183.220)	(1.895.022)	(1.490.761)	-	(98.665)	(3.812.011)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	60.640	136.142	1.104.907	1.172.965	318.105	12.088	2.804.847
Saldo em 31 de dezembro de 2019	60.754	166.541	1.024.895	1.141.897	378.129	9.304	2.781.520

- (i) Inclui benfeitorias em bens arrendados e arrendamento mercantil financeiro;
- (ii) Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, vagões e locomotivas no montante de R\$ 553.239, foram dados em fiança para garantir empréstimos bancários (Nota 5.6);
- (iii) Foram transferidos para direito de uso o montante de R\$ 7.681, onde R\$ 63.154 refere-se a custo e (R\$ 55.473) a depreciação acumulada devido a adoção da norma CPC 06 (R2) / IFRS 16.

Capitalização de custos de empréstimos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não houve custo de empréstimo capitalizados.

5.12.2 Direito de uso

Política contábil:

Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2019

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

Políticas contábeis aplicáveis antes de 1 de janeiro de 2019

No período comparativo, ativos relacionados a arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade, chamados de arrendamentos financeiros, foram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre valor justo do ativo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e outros ativos	Vagões e locomotivas	Infraestrutura ferroviária e portuária	Total
Valor de custo:					
Saldo em 01 de janeiro de 2019	-	-	-	-	-
Reconhecimento inicial a normal CPC 06 (R2)/ IFRS 16	15	1.080	1.297	337.865	340.257
Transferências do imobilizado e de outros ativos ⁽ⁱ⁾	-	2.538	60.616	39.405	102.559
Saldo em 01 de janeiro de 2019	15	3.618	61.913	377.270	442.816
Transferências	-	(2.539)	(60.501)	1.204	(61.836)
Reajuste contratual	-	-	25	28.888	28.913
Saldo em 31 de dezembro de 2019	15	1.079	1.437	407.362	409.893
Amortização:					
Saldo em 01 de janeiro de 2019	-	-	-	-	-
Transferências do imobilizado ⁽ⁱ⁾	-	(2.532)	(52.941)	-	(55.473)
Saldo em 01 de janeiro de 2019	-	(2.532)	(52.941)	-	(55.473)
Adições	(5)	(392)	(712)	(45.124)	(46.233)
Transferências	-	2.532	52.837	-	55.369
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(5)	(392)	(816)	(45.124)	(46.337)
Saldo em 01 de janeiro de 2019	15	1.086	8.972	377.270	387.343
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10	687	621	362.238	363.556

- (i) O montante se refere a transferências de arrendamentos financeiros anteriormente registrados na rubrica de imobilizado, conforme demonstrado na Nota 5.12.1 de imobilizado (custo e depreciação acumulada). O custo ainda contempla R\$ 39.405 referente à adiantamentos efetuados no início da concessão, cujo valor não apropriado era apresentado na rubrica de outros ativos.

5.13 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil:

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto se for decorrente de uma combinação de negócios, ou de itens diretamente reconhecidas no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto corrente

É o imposto sobre o lucro tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

ii. Imposto diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- a) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal;
- b) diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- c) diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

iii. Exposição fiscal

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

iv. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(125.934)	(288.127)
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	42.818	97.963
Ajustes para cálculo da taxa efetiva		
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	(359)	(440)
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas ⁽ⁱ⁾	(42.458)	(97.523)
Outros	16	14
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	17	14
Taxa efetiva - %	-0,01%	0,00%

- (i) Refere-se principalmente a prejuízos fiscais e diferenças temporárias da Companhia, que nas condições atuais não reúnem os requisitos para a contabilização do referido ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos pela falta de previsibilidade de geração futura de lucros tributários

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Créditos ativos de:		
Prejuízos fiscais	452.581	444.942
Base negativa de contribuição social	162.760	160.010
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	104.270	108.843
Provisão para perda ao valor recuperável	108.050	124.063
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e	7.262	11.680
Provisão para não realização de impostos	11.894	9.702
Provisão para participação nos resultados	16.699	21.223
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	266.920	218.634
Diferenças temporárias sobre outras provisões	35.179	36.323
Passivo de arrendamento	98.609	23.373
Outros	5.167	6.025
Tributos diferidos - Ativos	1.269.391	1.164.818
(-) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos	(1.269.391)	(1.164.818)
Total de tributos diferidos	-	-

c) Movimentação analítica do imposto diferido

i. Impostos diferidos ativos

	Prejuízo fiscal e base negativa	Benefícios a empregados	Provisões	Imobilizado	Créditos não registrados	Outros	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2018 (Cobrado) / creditado	540.298	13.597	302.692	184.168	(1.046.032)	5.277	-
do resultado do exercício	64.653	7.626	(12.082)	34.466	(95.061)	398	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (Cobrado) / creditado	604.951	21.223	290.610	218.634	(1.141.093)	5.675	-
do resultado do exercício	10.390	(4.524)	(23.954)	48.286	(30.027)	(171)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	615.341	16.699	266.656	266.920	(1.171.120)	5.504	-

ii. Impostos diferidos passivos

	Resultado não realizado com derivativos	Passivos de arrendamentos	Créditos não registrados	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2018 (Cobrado) / creditado	1.712	18.860	(20.572)	-
do resultado do exercício	(1.360)	4.513	(3.153)	-
dos outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (Cobrado) / creditado	352	23.373	(23.725)	-
do resultado do exercício	(690)	75.236	(74.546)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(338)	98.609	(98.271)	-

5.14 Provisão para demandas e depósitos judiciais

Política contábil:

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia registra provisões para demandas judiciais em relação a:

	Provisão para demandas judiciais	
	31/12/2019	31/12/2018
Tributárias	51.128	46.376
Cíveis, regulatórias e ambientais	64.272	69.032
Trabalhistas	119.016	134.507
	234.416	249.915

	Depósitos judiciais	
	31/12/2019	31/12/2018
Tributárias	17.704	13.487
Cíveis, regulatórias e ambientais	14.117	11.934
Trabalhistas	60.866	48.253
	92.687	73.674

Movimentação das provisões para demandas judiciais:

	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2018	39.781	70.501	121.607	231.889
Provisionados no exercício	12.614	6.969	19.362	38.945
Baixas por reversão ou pagamento	(2.560)	(4.819)	(6.472)	(13.851)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	(3.459)	(3.619)	10	(7.068)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	46.376	69.032	134.507	249.915
Provisionados no exercício	3.294	2.259	15.624	21.177
Baixas por reversão ou pagamento	(4)	(10.549)	(42.469)	(53.022)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	1.462	3.530	11.354	16.346
Saldo em 31 de dezembro de 2019	51.128	64.272	119.016	234.416

(i) Inclui baixa de juros por reversão.

A Companhia possui débitos garantidos por bens ou, ainda, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia.

a) Perdas prováveis

- **Tributárias:** Os principais processos tributários para os quais o risco de perda é provável são descritos abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Crédito de ICMS ⁽ⁱ⁾	34.425	33.806
INSS	16.691	12.542
Outros	12	28
	51.128	46.376

(i) O valor provisionado refere-se especialmente a autos de infração relativos a créditos de ICMS oriundos de materiais utilizados no processo produtivo, que, no entendimento fazendário, seriam classificados como “uso e consumo”, não gerando direito ao crédito.

b) Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Tributárias	456.272	731.126
Cíveis, regulatórias e ambientais	1.191.152	1.015.578
Trabalhistas	289.084	284.296
	1.936.508	2.031.000

• Tributárias:

	31/12/2019	31/12/2018
ICMS ⁽ⁱ⁾	178.027	150.587
IRPJ/CSLL ⁽ⁱⁱ⁾	50.371	49.235
Operações financeiras no exterior ⁽ⁱⁱⁱ⁾	28.701	290.220
MP 470 parcelamento de débitos ^(iv)	115.080	112.666
Compensação com crédito prêmio ^(v)	44.784	43.121
PIS/COFINS ^(vi)	7.869	-
Outros	31.440	85.297
	456.272	731.126

- (i) Os fiscos estaduais autuaram a Companhia pela não tributação pelo ICMS nas faturas de prestação de serviços de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação. Todas as autuações foram contestadas, uma vez que existe posicionamento favorável aos contribuintes consolidado nos tribunais superiores, com base na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996.
- (ii) Refere-se ao processo administrativo decorrente de autos de infração lavrados para a cobrança do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), relativos aos anos-base de 2011, 2012 e 2013, cumulados com juros de mora e multas qualificada e isolada.
- (iii) Autos de infração emitidos pela Receita Federal em 2011 e 2013 contra a Companhia relativos a: a) glosa de despesa de ágio com base em rentabilidade futura, bem como de despesas financeiras; e b) não tributação de suposto ganho de capital na alienação de participação societária em empresa do mesmo grupo econômico.

- (iv) A Receita Federal indeferiu parcialmente os pedidos de parcelamento de débitos tributários federais efetuados pela Companhia, sob o argumento de que os prejuízos fiscais oferecidos pelas empresas não eram suficientes para quitação dos respectivos débitos. A probabilidade de perda é considerada como possível, já que os prejuízos apontados existiam e estavam disponíveis para essa utilização.
- (v) A Companhia transmitiu dezenove declarações de compensação (DCOMP) via sistema eletrônico PERD/COMP, referente a "crédito-prêmio", utilizando crédito adquirido de terceiro (Fibra S/A Indústria e Comércio e outros). Tais Dcomps por se referirem a crédito de terceiros e também a "crédito - prêmio", de acordo com a legislação vigente, foram consideradas como não declaradas em Despacho decisório constante do processo administrativo, com ciência ao contribuinte em 24/09/2013, ensejando assim a aplicação de multa de 75% em atendimento ao art. 18, §4º da Lei nº 10.833/2003.
- (vi) As demandas administrativas de PIS e COFINS estão relacionadas, substancialmente, às glosas de créditos de PIS e COFINS pelo sistema não cumulativo relativos aos seguintes itens: a) créditos lançados extemporaneamente desacompanhados de prévia retificação de declarações fiscais; b) créditos sobre despesas decorrentes de contratos de tráfego mútuo; c) créditos relativos às despesas com serviços classificados como insumos na atividade desenvolvida pela empresa que supostamente não foram comprovadas durante a Fiscalização; d) créditos sobre despesas com transporte de colaboradores; e) créditos relativos às despesas com energia elétrica; f) créditos sobre despesas com locações de máquinas e aluguéis que não foram comprovadas no curso da Fiscalização; g) créditos sobre despesas na aquisição de máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado da empresa.

- **Cíveis, regulatórias e ambientais:**

	31/12/2019	31/12/2018
Cíveis ⁽ⁱ⁾	387.005	332.707
Regulatórias ⁽ⁱⁱ⁾	558.246	465.405
Ambientais ⁽ⁱⁱⁱ⁾	245.901	217.466
	1.191.152	1.015.578

- (i) **Cíveis:** A Companhia é parte em diversas ações cíveis, tendo como principais pedidos ações indenizatórias em geral, tais como: abaloamento em passagens em níveis, atropelamentos ferroviários, acidente de trânsito, ações possessórias em geral, ações de execução de títulos extrajudiciais, direitos e obrigações contratuais junto a clientes. Para as diversas ações cíveis, a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou as circunstâncias e registrou provisões para as perdas prováveis em valores suficientes e adequados, representando, na data do balanço, sua melhor estimativa de desembolso que poderá vir a ser exigido para liquidar as ações.
- (ii) **Regulatórias:** Referem-se principalmente a multas e discussões junto a ANTT
- (iii) **Ambientais:** Tais valores decorrem de autuações feitas pelo CETESB (SP), IBAMA e Secretarias Municipais de Meio Ambiente em sua grande maioria, em razão de contaminação de solo e águas pelo derramamento de produtos e descumprimento das condições impostas por determinada licença de operação. Em todos os casos estão sendo adotadas medidas para redução do passivo existente, bem como medidas de reparação e prevenção relativas ao meio ambiente.

- **Trabalhistas:**

	31/12/2019	31/12/2018
Reclamações trabalhistas ⁽¹⁾	289.084	284.296
	289.084	284.296

- (i) A Companhia discute diversas ações de natureza trabalhista, movidas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços, para fazer face àqueles casos cujas perdas são consideradas prováveis. Das ações em andamento, os principais pedidos postulados referem-se a horas extras, adicional noturno, insalubridade e de periculosidade, eventual descumprimento de normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, reintegração de emprego, indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho e devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, contribuição sindical e outros, reconhecimento de jornada de turno ininterrupto, sobreaviso, diferenças salariais e outros.

5.15 Arrendamentos e concessões em litígio

Política contábil:

A Companhia registra nesta conta o saldo das parcelas de arrendamento envolvidas em litígios com o poder concedente. O registro inicial ocorre pelo valor da parcela no vencimento mediante transferência da conta de “Passivos de arrendamentos”. Posteriormente os valores são corrigidos por Selic.

Também são registrados nesta conta os saldos a pagar a título de outorga por direitos de concessão (“Concessões”), em contrapartida ao intangível. A mensuração posterior ocorre pela taxa efetiva.

A Companhia reconhece suas despesas relacionadas aos contratos operacionais de arrendamento e concessão, linearmente, de acordo com o decorrer dos prazos dos contratos.

O passivo de arrendamento e concessão equivale ao valor corrigido das outorgas, líquido dos pagamentos efetuados até a data do balanço, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
	<u>Total</u>	<u>Total</u>
<u>Valores a pagar:</u>		
Arrendamento	-	31.546
Concessão	36.622	29.215
Total	<u>36.622</u>	<u>60.761</u>
Circulante	6.053	25.307
Não circulante	30.569	35.454
	<u>36.622</u>	<u>60.761</u>

5.16 Patrimônio líquido

a) Capital social

Política contábil:

O capital social é registrado pelo valor da integralização de ações deduzido dos custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias.

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 é constituído por 113.551.278 ações, sendo 45.035.110 ações ordinárias nominativas, 68.516.168 ações preferenciais nominativas. As ações preferenciais não terão direito de voto e gozam de prioridade no reembolso de capital sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia é composto pelo seguinte:

Acionistas	Ações ordinárias		Ações preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Rumo S.A.	45.035.110	100%	68.516.168	100%
Total de ações	45.035.110	100%	68.516.168	100%

b) Reserva de capital

Política contábil:

As reservas de capital são constituídas de valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da empresa em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços. Essas são transações de capital com os sócios.

c) Reserva legal

Política contábil:

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404.

d) Adiantamento para futuro aumento de capital

O AFAC registrado no patrimônio líquido da Companhia refere-se a um acordo de conversão de uma quantidade fixa de ações a um preço fixo previamente estabelecido. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui um saldo de AFAC de R\$ 3.053.000 (R\$2.050.000 em 31 de dezembro de 2018).

6 Informações detalhadas sobre a demonstração de resultado

6.1 Receita operacional líquida

Políticas contábeis

i. Receita de serviços

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas na medida em que a entidade transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável.

Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário, motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos na medida em que o serviço logístico é prestado.

ii. Receita diferida

A Companhia possui receita diferida recebida de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia.

A seguir, é apresentada uma análise da receita da Companhia:

	31/12/2019	31/12/2018
Receita bruta na venda de serviços	1.571.744	1.492.655
Impostos e deduções sobre venda de serviços	(118.211)	(120.625)
Receita operacional líquida	1.453.533	1.372.030

A Companhia presta serviços no mercado interno brasileiro, para entidades privadas. Os acordos com clientes estabelecem preços substancialmente fixos por toneladas transportada ou elevada. Os serviços prestados pela Companhia possuem curtíssimo prazo de execução, sendo a receita auferida e registrada na medida em que os serviços são executados. Quanto à natureza dos serviços prestados, a receita líquida tem a seguinte composição:

Composição da receita líquida por serviço:

	31/12/2019	31/12/2018
Transporte de carga e acessórios	1.425.232	1.347.786
Outros	28.301	24.244
Receita operacional líquida	1.453.533	1.372.030

6.2 Custos e despesas por natureza

As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação do rendimento por natureza / finalidade é a seguinte:

	31/12/2019	31/12/2018
Material de uso e consumo	(11.596)	(19.599)
Despesa com pessoal	(239.632)	(229.593)
Depreciação e amortização	(516.129)	(444.736)
Despesas com serviços de terceiros	(124.591)	(138.295)
Despesas com transporte e elevação	(359.315)	(343.944)
Arrendamento e concessão	-	(98.901)
Arrendamentos de curto prazo e pequeno valor	(6.388)	(711)
Outras despesas	(98.487)	(125.998)
	(1.356.138)	(1.401.777)
Custo dos serviços prestados	(1.309.634)	(1.338.698)
Despesas comerciais	4.760	(7.443)
Despesas gerais e administrativas	(51.264)	(55.636)
	(1.356.138)	(1.401.777)

6.3 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/12/2019	31/12/2018
Efeito líquido das demandas judiciais	(19.423)	(28.776)
Resultado na venda de sucatas / eventuais	30.479	17.988
Créditos fiscais extemporâneos	7.370	-
Outros	(8.925)	(4.774)
	9.501	(15.562)

6.4 Resultados financeiros

Política contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	31/12/2019	31/12/2018
Custo da dívida bruta		
Juros e variação monetária	(101.511)	(73.224)
Variação cambial líquida sobre dívidas	(1.474)	(15.763)
Resultado com derivativos e valor justo	(649)	12.322
Amortização do gasto de captação	(5.257)	(1.471)
Fianças e garantias sobre dívidas	(19.453)	(27.638)
	(128.344)	(105.774)
Rendimentos de aplicações financeiras	17.908	22.902
	17.908	22.902
Custo da dívida, líquida	(110.436)	(82.872)
Outros encargos e variações monetárias		
Juros sobre outros recebíveis	5.647	3.468
Arrendamento e concessão em litígio	(5.589)	(4.977)
Passivos de arrendamento	(74.298)	(10.138)
Despesas bancárias e outros	(9.843)	(5.704)
Juros sobre contingências e contratos comerciais	(22.735)	(38.123)
Variação cambial e derivativos	(226)	(1.356)
Juros sobre outras obrigações	(15.350)	(103.116)
	(122.394)	(159.946)
Resultado financeiro, líquido	(232.830)	(242.818)
Reconciliação		
Despesas financeiras	(254.962)	(265.537)
Receitas financeiras	24.480	27.516
Variação cambial	(1.699)	(17.119)
Derivativos	(649)	12.322
Resultado financeiro, líquido	(232.830)	(242.818)

6.5 Resultado por ação

Política contábil:

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- i. o lucro atribuível aos proprietários da empresa, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- ii. pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria caso possua.

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- i. o efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e
- ii. o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	31/12/2019	31/12/2018
Numerador		
Resultado Líquido do exercício	(125.917)	(288.113)
Por ação ordinária	(49.939)	(114.267)
Por ação preferencial	(75.978)	(173.846)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	317.742.616.638	233.959.382.350
Média ponderada de número de ações preferencial	483.411.864.579	355.944.514.010
Resultado básico e diluído:		
Por ação ordinária	(0,0000002)	(0,0000005)
Por ação preferencial	(0,0000002)	(0,0000005)